

O BISPO E AS GREVES DO OPERARIADO NO ABC, DISPUTAS E TENSÕES ENTRE A IGREJA CATÓLICA E A DITADURA MILITAR

THE BISHOP AND THE WORKING CLASS STRIKES IN THE ABC, DISPUTES AND TENSIONS BETWEEN THE CATHOLIC CHURCH AND THE MILITARY DICTATORSHIP

Ney de SOUZA*

Resumo: O artigo apresenta um estudo sobre a atuação do bispo de Santo André, Cláudio Hummes, durante as greves dos operários de 1978, 1979, 1980 no ABC. Através do texto é possível verificar e suscitar discussões sobre a influência da teologia do Vaticano II e da teologia latino-americana nas práticas do bispo e, ao mesmo tempo, a aliança deste segmento do catolicismo com o operariado durante o regime militar.

Palavras-chave: Catolicismo, ABC, greves, operários, bispo

Abstract: This article presents a study on the performance of the St. Andrew Bishop, Claudio Hummes, during the strikes of 1978 workers, 1979, 1980 on ABC. Through the text you can check and raise discussions on the influence of Vatican II theology and Latin American theology in the bishop practices and at the same time, the alliance of this segment of Catholicism with the working class during the military regime

Keywords: Catholicism, ABC, strikes, workers, bishop

Introdução

As greves de 1978, 1979, 1980 no ABC paulista são fundamentais para a efetivação de um novo sindicalismo, para o fortalecimento da pastoral operária e do crescimento das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's). O novo bispo de Santo André, D. Cláudio Hummes (1975-1996), encontra uma nova metodologia na relação da instituição eclesiástica com os desdobramentos da ditadura militar, o que tornam ainda mais incisivos seus posicionamentos críticos em relação ao regime autoritário até a posse de José Sarney (1985).

* Pós doutorado em Teologia, PUC RJ - Doutor em História eclesiástica, Pontifícia Universidade Gregoriana, Roma, registro USP. Professor do Departamento de Sistemática e do Programa de Pós-Graduação em Teologia da PUC SP – Rua Clemente Pereira, 148 ap. 264, CEP: 04216-060, São Paulo, SP, Brasil. E-mail: nsouza@pucsp.br.

O início das atividades de D. Cláudio Hummes e os primeiros dez anos de sua ação pastoral em Santo André (1975-1985) estão situados num contexto totalmente diferenciado ao de seu predecessor, D. Jorge Marcos de Oliveira (1954-1975). Enquanto estrutura eclesial, a diocese estava organizada em 74 paróquias em funcionamento. A população da região do ABC no ano de sua posse somava 850 mil habitantes. A atividade pastoral estava na fase inicial de experimentação decorrente das decisões do Concílio Vaticano II (1962-1965). O tempo era de transição para a estruturação de uma igreja que crescia através das Comunidades Eclesiais de Base alicerçada na Teologia da Libertação. Na maioria das vezes as CEB's estavam localizadas nas numerosas favelas que se proliferavam rapidamente em grande parte do ABC paulista.

O presente estudo apresentará as disputas e tensões entre setores da instituição católica e a ditadura militar. A posição assumida por grande parte da Igreja católica no ABC paulista é mais um momento em que a instituição religiosa começa a abandonar a cegueira e se sensibilizar devido à grave situação da sociedade brasileira, e neste caso específico, com o operariado. Será a conscientização de parte da Igreja católica diante das atrocidades do regime em relação aos operários. A instituição católica no ABC optou por se afastar do Estado autoritário articulando-se com os movimentos sociais e garantindo espaço para a manifestação das lutas sociais da sociedade civil, com parte do clero se identificando com a luta dos operários e o mundo do trabalho. Para iniciar este percurso é fundamental lembrar em que fontes a Igreja se inspirou e, particularmente a Igreja católica no ABC paulista e seu bispo D. Cláudio Hummes, para tomar as grandes, polêmicas e importantes atitudes antes e durante as greves do operariado.

As fontes inspiradoras da ação eclesial

O discurso e as práticas de D. Cláudio e de um segmento da Igreja católica no Brasil estavam impregnados do pensamento do Vaticano II, especialmente das constituições *Lumen Gentium* e *Gaudium et Spes*, (SOUZA; GONÇALVES, 2013) das encíclicas do papa Paulo VI (1963-1978) especialmente da *Populorum Progressio* (1967), do documento de Medellín (1968) dos bispos da América Latina e dos diversos textos deste período referentes às questões sociais da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Esta documentação eclesial e eclesial é portadora de um arcabouço teológico que iniciará uma renovação da Igreja católica nas décadas finais do século XX. O Vaticano II e sua recepção na América Latina fazem emergir

um novo sujeito social deixando o sujeito pré-moderno e entrando, de fato, em diálogo com o sujeito da modernidade. Aqueles bispos, ou ao menos parte deles que participaram deste evento conciliar ou beberam desta fonte de colegialidade, diálogo e participação não aceitariam um regime autoritário, despótico, tirânico e, portanto, usurpador da dignidade da pessoa humana.

O Vaticano II tem a sua centralidade no documento *Lumen Gentium* - LG (COMPÊNDIO, 1968) que apresenta uma enorme mudança na eclesiologia: da Igreja verticalista para a Igreja Povo de Deus, em sua categoria bíblica. Os fiéis que formam a Igreja constituem este Povo de Deus. O texto é uma síntese do Concílio, representa a janela aberta para a sociedade contemporânea. Em seu número 8 a Igreja é apresentada como comunidade de fé, esperança e amor. A Igreja é, ao mesmo tempo, sociedade humana hierarquicamente organizada e comunidade ornada com os dons celestes. Como dons pertencentes à Igreja católica, eles impelem para a unidade católica. Assim como Jesus Cristo realizou sua missão na pobreza e na abnegação, também a Igreja é chamada a seguir o seu exemplo. Ela não foi constituída para alcançar poder e glória, mas para evangelizar os pobres, sarar os contritos de coração, procurar e salvar o que perecera. Do desdobramento desta constituição conciliar se constata que a Igreja tem uma missão transformadora do mundo, no sentido de tornar visível e operante os grandes valores do Reino de Deus que coincidem com as inspirações da humanidade por justiça, paz, fraternidade e plenitude da vida.

Na Constituição conciliar *Gaudium et Spes* – GS (COMPÊNDIO, 1968) o trabalho é entendido num sentido amplo, apresentando a vida econômica e social num patamar inferior em relação à centralidade na pessoa, “tendo em conta a ordem das suas necessidades materiais e as exigências da sua vida intelectual, moral, espiritual e religiosa; de qualquer homem ou grupo de homens, de qualquer raça ou região do mundo” (GS, n. 64). O documento propõe a eliminação das grandes e crescentes desigualdades econômicas e sociais, evitando “toda e qualquer espécie de discriminação quanto às condições de remuneração ou de trabalho com relação aos trabalhadores oriundos de outro país ou região, que contribuem com o seu trabalho para o desenvolvimento econômico da nação ou da província” (GS, n. 66).

De grande importância é a defesa que a *Gaudium et Spes* apresenta sobre o direito de associação dos trabalhadores como um direito fundamental, “criando livremente associações que os possam representar autenticamente e contribuir para a reta ordenação da vida econômica; e ainda o direito de participar, livremente, sem risco de represálias na atividade das mesmas”, sendo que, ao surgirem conflitos econômico-sociais, o direito de greve deve ser exercido como

último recurso “devem fazer-se esforços para que se chegue a uma solução pacífica dos mesmos” (GS, n. 68).

O papa Paulo VI na encíclica social *Populorum Progressio* – PP, publicada em 1967, retoma e reforça a ideia do Vaticano II em relação ao trabalho. O texto apresenta o trabalho como atividade criativa e organizada do homem, além de reafirmar a dignidade humana (PP n. 27). O foco principal da encíclica é o desenvolvimento dos povos, abrindo a Doutrina Social da Igreja para as questões internacionais num contexto histórico. A ideia central é que o desenvolvimento tem que abarcar todas as dimensões do homem e alcançar todas as pessoas (PP n. 17). A economia e o progresso devem estar a serviço da humanidade. O documento é uma tomada de consciência da Igreja católica em sua relação com a sociedade contemporânea e, devido a isto, teve uma acolhida bastante difícil em vários países industrializados e suscitou uma enorme discussão. Nestes países a encíclica foi acusada de apresentar um tom marxista (CÁRCEL, 2009, 395). Por outro lado, o texto foi a carta magna para vários movimentos, inspirou numerosas campanhas quaresmais, por exemplo no Brasil as temáticas das Campanhas da Fraternidade. E, ainda foi fundamental para o nascimento de muitos organismos de voluntariado. Permanece como um documento que manifestou a vitalidade e a clarividência precursora da Igreja, mesmo tendo ficado, em outras ocasiões, alienada em relação a temáticas similares. Manifesta sobretudo a confiança no ser humano que pode e deve mudar a história.

A recepção e o desdobramento do Vaticano II na América Latina se dá primeiramente através da II Conferência do Episcopado em Medellín. Os bispos latino-americanos afirmavam que “a organização sindical rural e operária deverá adquirir a força e a presença suficiente a que os trabalhadores têm direito” e ainda que “suas associações deverão ter uma força de solidariedade e responsabilidade capaz de fazer valer o direito de sua representação e participação nos meios de produção e no comércio nacional, continental e internacional” (MEDELLIN, III, n. 1). A Conferência tem um forte impacto em grande parte da Igreja latino-americana, de maneira especial em segmentos da Igreja católica no Brasil. O documento situa-se na linha das duas constituições conciliares apresentadas acima e está em conformidade com a *Populorum Progressio*. O episcopado latino-americano, neste documento, não pode ficar indiferente perante as tremendas injustiças sociais existentes na América Latina que mantêm a maioria da população numa dolorosa pobreza e miséria inumana. Os bispos afirmam que brota um surdo clamor de milhões de pessoas pedindo a seus pastores a libertação que não lhes chega de parte nenhuma (MEDELLIN, 14, 1-2). Assim, em várias dioceses do continente os bispos

souberam, tendo estas fontes, exercer sua atividade de maneira profética, na defesa dos direitos e na promoção da dignidade humana.

Na década de 1970 a CNBB assumirá uma linha fortemente social, trazendo para si enormes problemas com a ditadura militar, porém defendendo a dignidade da pessoa humana. A Conferência produz uma série de documentos objetivando fundamentar teologicamente as atividades sociais dos católicos. De imediato Medellín foi incorporado à pastoral social com o documento: *Problemas da realidade brasileira*. No texto os bispos afirmam a necessidade de aplicar as diretivas do CELAM (Conselho do Episcopado latino-americano). Outros documentos viriam. O regional Nordeste II lança o texto *Eu ouvi os clamores do meu povo* (1973) e o Centro Oeste analisa as situações de injustiça no fascículo *Marginalização de um Povo: um grito das Igrejas* (1973). Outros textos da CNBB (www.cnbb.org.br) e de alguns bispos serão publicados dentro desta mesma temática da justiça social. No entanto, os bispos não poderiam ficar somente no profetismo das palavras, do discurso. Era necessário colocar-se e colocar os católicos no ritmo de participação e do serviço. Os polos começam a ser ligados: crítica, denúncia e ação eficaz contra as injustiças. Neste sentido é que se dá a atividade da diocese de Santo André e do bispo local, aplicando o pensamento do Vaticano II, de Medellín e dos documentos da CNBB. Eis, portanto, o pensamento inspirador de D. Cláudio Hummes na ação durante seu bispado no ABC paulista.

Atividades iniciais do bispo de Santo André

A primeira preocupação do novo bispo de Santo André foi a reestruturação da ação evangelizadora a partir do pensamento da Igreja católica apresentado nestes seus documentos. A partir deste arcabouço documental e da realidade local foram elaborados os planos diocesanos de pastoral, e um novo projeto para a formação dos futuros presbíteros, uma vez que o seminário diocesano tivera suas atividades encerradas após o Concílio Vaticano II. Com a conferência de Medellín e de Puebla (1979) a opção preferencial pelos pobres foi enfatizada com novo ardor (PUEBLA, n. 382; 1143), incrementando ainda mais as bases do discurso-prática do bispo e, por consequência, de diversos grupos na ação evangelizadora.

Por sua vez o movimento operário passava por um momento de reestruturação por causa da perseguição do regime de ditadura militar (1964-1985). Em 1976 D. Cláudio começou a presenciar fatos que fariam com que ele e parte do clero da diocese de Santo André voltassem a se posicionar. Um novo modelo de sindicalismo se estabelecia e, diferentemente de D. Jorge

Marcos que no início de seu bispado desenvolveu seu trabalho social junto ao sindicato andreense, o segundo bispo do ABC se aproximará do movimento sindical nos municípios de São Bernardo do Campo e Diadema. Novos movimentos grevistas no período de 1978-1980 marcaram a identidade da diocese no início desta segunda fase de sua história. A defesa por uma nova ordem constitucional, a anistia e a ansiedade por eleições diretas será o discurso de um segmento da igreja frente aos militares (MAINWARING, 2004 p. 175-177). A situação contextual e uma teologia criativa que nasce na América Latina impulsionaram a ação de D. Cláudio. Este texto não é uma hagiografia do citado bispo ou uma apologia de uma entidade religiosa, mas uma análise de suas atividades dentro desta situação tão difícil, polêmica e importante não só para o ABC paulista, mas para o Brasil em seu processo de redemocratização.

O ano de 1977 marca uma das primeiras denúncias de D. Cláudio através dos jornais da região do ABC. Uma mensagem sobre a Semana Estadual da Família fez com que o bispo denunciasse as estruturas injustas e desumanas do trabalho como principais responsáveis pela desagregação da família, atingindo a maioria dos brasileiros que constituem a população trabalhadora, mesmo sendo está a principal criadora do progresso material da sociedade (ADGABC, 1977).

A partir desta tomada de posição e em conjunto com alguns padres da diocese que possuíam forte influência no campo social, D. Cláudio, à luz da opção evangélica preferencial pelos pobres, começou a articular o novo trabalho evangelizador do bispado na organização das bases e nos grupos de reflexão, criando um verdadeiro *sindicato* de solidariedade para com seus diocesanos mais marginalizados.

O bispo e as greves, aproximação entre Igreja e operários

De 1978 a 1980, no ABC paulista, ocorreram as famosas greves dos trabalhadores por justas reivindicações. A população desta região operária (cerca de 1.800.000 habitantes) era vitimada pelo patronato que não concedia aumentos salariais de acordo com a inflação e o custo de vida. Por outro lado o crescente número de moradores de favelas, sinal latente das desigualdades sociais, confirmava o desenvolvimento do país através da exploração da massa trabalhadora (SEDOC, 1981, col. 827). Neste período não era suficiente exigir as tais liberdades democráticas, era sim necessário lutar pela justiça social efetiva e também pela participação dos assalariados na riqueza nacional (NAPOLITANO, 1998, p. 72).

A repressão era contestada neste momento por inúmeras manifestações pela anistia e o regime político era cobrado pelas inúmeras mortes nos porões das delegacias e nas ruas. Verdadeiros símbolos destes protestos são as manifestações pela morte do jornalista Vladimir Herzog em 1975 num ato ecumênico na Catedral Metropolitana de São Paulo, convocado com enorme bravura pelo então cardeal arcebispo de São Paulo D. Paulo Evaristo Arns (SOUZA, 2004, p. 552-553), e a dos estudantes da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Ambas as manifestações são recordadas até a atualidade. Sendo esta última “celebrada” todos os anos como ato de repúdio à força truculenta da Secretaria de Segurança do Estado de São Paulo tendo à frente o coronel Erasmo Dias, batendo e prendendo professores e alunos. Baluarte desta resistência foi a reitora Nadir Kfourri. Hoje a biblioteca central da Universidade leva seu nome. A geração dos anos 70 tomou as ruas numa rearticulação pela volta da democracia (GASPARI, 2004, p. 407-412).

A crise econômica dos governos dos generais Ernesto Geisel (1974-1978) e João Batista Figueiredo (1979-1985) desvalorizou a produção dos trabalhadores, que em 1977 realizam a campanha da reposição salarial por 34,1% de reajuste. Este posicionamento possibilitou o fortalecimento do sindicalismo, que desde 1964 sofria com intervenções e crises. Desse contexto surgem os movimentos grevistas no ABC paulista.

Em todas as greves é de se destacar a presença solidária dos padres Rubens Chasseraux e José Mahon. Porém, nesta nova etapa, o apoio fundamental foi do missionário scalabriniano (carlista), padre Adelino de Carli. Na época pároco da igreja Nossa Senhora da Boa Viagem em São Bernardo do Campo, este se torna o ícone da solidariedade do clero para com os trabalhadores. O templo religioso é o marco histórico da situação no ABC, uma vez que nos momentos de intervenção federal era o único espaço aberto para as assembleias dos operários.

A greve de 1978, rompimento com o sindicato atrelado ao Estado

Em 1978 o novo sindicalismo é confirmado pela realização da greve dos metalúrgicos iniciada em 12 de maio. É o início do rompimento com toda a legislação sindical repressiva, rompendo na prática a Lei Antigreve, seu objetivo era um sindicato não atrelado aos patrões e ao Estado. A reivindicação era um aumento definitivo de 20% dos salários sobre o reajuste anual do governo, e que esse aumento não fosse descontado na época dos reajustes oficiais. Duas semanas depois da primeira paralisação, 50.000 trabalhadores em dezenas de indústrias da região somavam a massa grevista. O movimento foi considerado ilegal pelo Tribunal

Regional do Trabalho (TRT). Um dos fatores importantes para a deflagração do movimento grevista foi a denúncia de que o regime militar, em 1973 e 1974, maquiara os índices de inflação, mascarando o verdadeiro patamar do custo de vida. Isso levou a uma penalização dos trabalhadores (SANTANA, 2014, p. 189).

A Pastoral Operária da diocese de Santo André junto à Ação Católica Operária, a Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo e a Frente Nacional do Trabalho divulgaram uma moção de apoio aos trabalhadores grevistas (SEDOC, 1978, col. 100-101; 103-105). Dom Cláudio publicou uma nota sobre sua preocupação com a greve e manifestou seu apoio, por ser o aumento salarial algo justo. Ao mesmo tempo, convidou os cristãos e todos os homens de boa vontade da região a refletir sobre a situação do mundo do trabalho. O bispo destaca o papel da Igreja nesta situação:

A Igreja não deve nem querer conduzir o processo [de greve] apesar de todas as tentações de poder que sempre a rondam e apesar de suas faltas e omissões em que tem incorrido e incorre, com relação aos operários. Mas ela quer solidarizar-se com o povo, ser povo e, neste momento, apoiar os operários em suas reivindicações, que considera justas, ao mesmo tempo que respeita a autonomia e finalidades das instituições intermediárias, como os sindicatos, sem esquecer sua missão de pregar o Evangelho a todos. Ela se alegra e apoia quando essas instituições intermediárias tentam recuperar no Brasil sua verdadeira natureza, como declarou o documento da CNBB “Exigências Cristãs de uma Ordem Política” (SEDOC, 1978, col. 102-103).

Refletindo sobre a situação local e nacional, diante da possibilidade de abertura política para uma transição de regime político, os bispos do Estado de São Paulo, reunidos em assembleia ordinária em Itaiçi, município de Indaiatuba-SP, nos dias 05 a 08 de novembro, debateram sobre a Lei de Segurança Nacional e a necessidade de uma discussão sobre o tema “A segurança como bem de uma nação” (ACDSA, 1978, p. 6-10).

O apoio inicial de D. Cláudio num movimento grevista revela sua plena adesão com a maioria dos bispos do Brasil que através da CNBB apoiaram manifestações com o objetivo do restabelecimento da democracia. Em decorrência deste apoio, a presença do bispo seria significativa para manter a paz nos eventos vindouros. Importante ressaltar que a CNBB não é uma entidade estática, ou seja, apoiou o golpe de 1964 (GOMES, 2014, p. 80), mas depois uma parte do episcopado mudou seu posicionamento em relação ao regime ditatorial, porém nada

era definitivo. É digno de nota que os bispos agiram de maneira distinta diante dos militares (SERBIN, 2001, p. 290) e suas posições mudavam muito. No entanto, o papel da CNBB foi fundamental para que a noção de direitos humanos passasse a fazer parte da democracia brasileira. Sua importância foi se concretizando no final dos anos 1970. Era reconhecida por entidades brasileiras como a OAB e, por outro lado seu contato com instituições internacionais como a Anistia Internacional fortalecia sua atividade no Brasil. A Igreja católica “se tornou um baluarte da luta contra a ditadura” (CARVALHO, 2011, p. 183).

A greve de 1979

O movimento grevista de 1979 no ABC começou a zero hora de 13 de março de 1979, quando os metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema deflagram a primeira greve geral de uma categoria trabalhista na recente história do sindicalismo (OLIVA, 1987, p. 162). Essa greve aconteceu logo após a posse do General João Baptista de Oliveira Figueiredo como presidente da República.

A declaração de ilegalidade da greve não demorou a ser oficializada pelos órgãos do governo e a falta de experiência na mobilização fez com que os operários ficassem expostos ao perigo da repressão militar. A Igreja toma parte do movimento no dia seguinte, 14 de março, quando D. Cláudio (*Diário*, 1979), assessorado pela Pastoral Operária da diocese de Santo André que lhe fizera convite, se dirigiu à assembleia dos metalúrgicos de Santo André que acontecia na sede do sindicato.

O bispo apresenta o pensamento da Igreja (SEDOC, 1979, col. 1331-1345) na paralisação daquele ano que durou 14 dias. Com detalhes relata toda a movimentação pastoral que a instituição eclesial realizava em cooperação com o movimento sindical. Uma das consequências deste serviço é a criação do Fundo de Greve com pleno apoio da diocese para as famílias que passavam necessidades em decorrência da greve. Muitos padres acolheram bem a proposta, o que ajudou na divulgação da medida e do sucesso da campanha depois da intervenção nos sindicatos.

A presença de D. Cláudio no piquete da Volkswagen na madrugada do dia 20 de março diante de um aparato policial ostensivo foi fundamental para evitar a violência contra os grevistas. Junto com parlamentares, metalúrgicos e membros da PO, o bispo permaneceu no portão da grande fábrica, na época com 38 mil funcionários, das 4h30m às 6h30m, dispersando inclusive carros da ROTA (Rondas Ostensivas Tobias Aguiar) e da tropa de choque.

No mesmo dia à tarde, o bispo de Santo André se dirigiu à assembleia dos metalúrgicos de São Bernardo no Estádio Costa e Silva (Vila Euclides), cedido pelo prefeito Tito Costa, para os trabalhadores. Atualmente o Estádio Municipal de São Bernardo tem como nome “Primeiro de Maio”. Foi nesta assembleia que D. Cláudio se encontrou pela primeira vez com o presidente do sindicato, Luiz Inácio da Silva (Lula). A formação religiosa de Lula facilitou a sua aproximação com a Pastoral Operária, integrada por metalúrgicos que se destacavam na ação sindical (BETTO, 2006, p. 58). Germinava neste contexto o que viria a ser o Partido dos Trabalhadores (PT), fundado em fevereiro de 1980. No entender de uma parte dos católicos era uma maneira de salvar os trabalhadores das influências trabalhistas e comunistas consideradas nefastas (REIS, 2014, p. 131).

Estavam presentes no estádio 70.000 operários e o bispo assistiu antes de sua fala uma cena diferente do que costumeiramente acontecia em atos similares: a esposa de um metalúrgico, sem saber da presença da autoridade eclesiástica, convidou a todos pelo microfone a rezar um Pai-Nosso, o que era para D. Cláudio um momento novo. A partir daí nos momentos de greve a oração e a celebração de atos religiosos seriam comuns e pedidos pelos próprios grevistas. No dia seguinte, durante a reunião extraordinária do Conselho Presbiteral (órgão máximo da diocese), o bispo recebeu a aprovação dos padres sobre sua participação na paralisação.

Devido à violência policial ocorrida durante a manhã do dia 21 de abril, D. Cláudio entra em contato com o Secretário de Segurança Pública pedindo que afaste o policiamento que estava a violentar a população nas ruas e nas portas das fábricas. A cidade de Santo André estava sitiada pela tropa de choque, policiais com cães e os grandes carros da ROTA com sirenes abertas. A ditadura queria amedrontar a população para o fim da greve.

A intervenção nos três sindicatos do ABC (Santo André, São Bernardo e São Caetano) foi decretada na madrugada do dia 23 de abril, decisão entregue para ser executada pelo governador do Estado, Paulo Salim Maluf. A polícia cercou o sindicato com operários e sindicalistas em seu interior. No caso de São Bernardo do Campo fora o cerco da unidade sindical, onde Lula era o presidente, o estádio municipal também estava rodeado pelos militares. Ao meio-dia os interventores federais tomavam posse dos três sindicatos e os 200.000 metalúrgicos do ABC estavam sem local de reunião. Nesta altura e no perigo de prisão para os operários o bispo decide abrir sua casa para todos os perseguidos para reuniões, refeições e até para ali descansarem, pois era um local mais seguro diante das várias ameaças.

Num clima de guerra entre tropa de choque e trabalhadores no Paço Municipal de São Bernardo, o bispo e o prefeito Tito Costa conseguem apaziguar a crise dos 40.000 metalúrgicos que queriam uma assembleia. Voltando a Santo André, a Catedral, a praça e a residência episcopal estavam cercadas pela polícia. Os metalúrgicos de Santo André, sem local para reunir-se, dirigem-se à Praça do Carmo e encontrando a igreja aberta entraram e realizaram seu objetivo, causando um ambiente de terror pela presença do “serviço de segurança pública”, que queria coibir toda atitude.

No dia 24, os trabalhadores de São Bernardo realizaram assembleia no paço municipal, enquanto representantes dos trabalhadores de Santo André estão na casa de D. Cláudio, para contar com a colaboração do bispo para a realização de sua reunião. Ele desaconselhou a realização da assembleia na Catedral pelo pequeno espaço e por não garantir nenhuma segurança aos trabalhadores. Orientou o presidente cassado do sindicato Benedito Marcílio que um grupo de representantes deveria se reunir no salão paroquial da Igreja Senhor do Bonfim, dos frades menores conventuais.

Os operários em vez disso vão rumo ao templo do Parque das Nações para uma assembleia e a polícia cerca o espaço, tentando arrombar o salão paroquial. D. Cláudio vai para a paróquia com dois advogados para acalmar a situação. Neste meio tempo ele recebe a notícia que embora a assembleia de São Bernardo tenha ocorrido bem, o paço se tornara um campo de batalha por uma passeata de estudantes. A repressão a ditadura militar atingiu com violência o grupo, prendendo e ferindo muitos civis.

Dom Cláudio trabalhou pacificamente para que tudo concorresse para o bem dos trabalhadores. Presidiu uma missa no dia 25, decidida na assembleia operária do dia anterior, onde Lula e Marcílio mesmo cassados assumem o comando da greve em São Bernardo e Santo André. Chamado pela CNBB, na pessoa de D. José Ivo Lorscheiter, secretário geral, foi à Brasília para uma audiência com o Ministro do Trabalho, Murilo Macedo, com o vice-presidente da Conferência dos bispos, D. Geraldo Fernandes.

Um encontro frustrante com o representante do governo fez com que o bispo continuasse seu apoio irrestrito à greve pacífica e justa dos operários. Um acordo no dia 27 de março, propondo uma trégua da paralisação por 45 dias para possíveis negociações foi aceito nos três sindicatos, sendo que dois dias depois os sindicalistas cassados passaram a trabalhar nos salões paroquiais de Nossa Senhora da Boa Viagem e Senhor do Bonfim. A solidariedade para com os grevistas e a indignação pela intervenção foi expressa por cartas de D. Waldir Calheiros

Novaes, bispo de Volta Redonda, Rio de Janeiro, e da Comissão da Pastoral Operária da Arquidiocese de São Paulo.

Dom Cláudio, na qualidade de bispo diocesano, lançou duas notas sobre o ocorrido para a imprensa e para a Câmara Federal, afirmando a presença da Igreja como instrumento de sociedade às justas reivindicações dos trabalhadores. Após o intenso apoio aos metalúrgicos, o bispo recebeu uma carta de agradecimento de Benedito Marcílio, que restituído da presidência do sindicato de Santo André, parabeniza o bispo por estar ao lado dos metalúrgicos (*ACDSA Boletim*, 1979, p. 10; *ADGABC Diário do Grande ABC*, 1979, sem paginação).

Depois da greve geral de 1979 os movimentos sindicais tomavam novo impulso na sua estruturação. A pastoral diocesana decidira que no primeiro plano de pastoral, a realidade de uma ação junto ao mundo do trabalho era prioridade (*ADGABC Diário*, 1979, sem paginação). Para D. Cláudio, o papel político da Igreja é denunciar as injustiças. A terceira Conferência Geral do Episcopado latino-americano realizada em Puebla de Los Angeles, México, sendo inaugurada pelo novo papa, João Paulo II, em janeiro de 1979, confirmava e sustentava, mesmo com certos apontamentos sobre a Teologia da Libertação, o trabalho das pastorais sociais (*PUEBLA*, n. 1134; 1138; 1139; 1146; 1188).

A greve de 1980: a resistência por 41 dias

Os protestos de 1979 não foram atendidos como deveriam. Devido a isto o início do ano de 1980 começa com uma campanha salarial. O operariado estava bem organizado e consciente de sua luta de classe. Em 1º de abril de 1980 teve início a maior greve da história do Brasil, que marcou o caminho de redemocratização do país (*OLIVA*, 1987, p. 180).

As reivindicações não se resumem a reajustes salariais como as greves anteriores. A garantia de uma estabilidade salarial era sinal que os trabalhadores desejavam mudanças quantitativas e qualitativas, solicitando a presença nas fábricas de um delegado sindical e a estabilidade de emprego por 12 meses, uma vez que a estabilidade no trabalho foi banida pela Golpe de 1964 (*SEDOC*, 1981, col. 828).

Participaram do movimento de greve 200.000 operários, que somados às suas famílias, envolviam pelo menos 800.000 pessoas na greve. A metade da população da diocese sofria com a insegurança no mundo do trabalho e com o aumento das injustiças aos trabalhadores (*SEDOC*, 1981, col. 827).

Uma das grandes atividades de D. Cláudio Hummes no ABC foi este seu apoio e presença junto aos operários. Esse fato se traduz de maneira especial no seu *Relatório aos bispos Presença da Igreja na greve dos metalúrgicos do ABC em 1980* (*Relatório* apud SOUZA, 2004). No texto, que tem 9 itens, o bispo explica os motivos do *Relatório* e principalmente o apoio da Igreja católica aos operários: o movimento grevista tinha seu apoio e de vários membros da diocese por ser justo e digno de fé.

Como poderia a Igreja ficar alheia? Todo seu povo estava envolvido. Este é o primeiro aspecto para compreender a presença da Igreja na greve. O que não significa que não deva estar presente eventualmente em greves de menor porte, já que o número não é o único nem o decisivo argumento de sua presença (*Relatório*, 2004, p. 602).

Os 41 dias de greve segundo o bispo foram de grande turbulência para todos os envolvidos, pois além do clima tenso do acontecimento, vários oportunistas tentavam incitar os trabalhadores a responder com violência as represálias da polícia (SEDOC, 1981, col. 829-830). Sobre o método da greve, afirmava que

...foram métodos pacíficos. Em primeiro lugar, os metalúrgicos, antes de recorrer ao extremo da greve, tentaram na mesa da negociação conseguir dos empresários o que reivindicavam. Mas nada. Nenhuma reivindicação foi aceita. Ainda no dia antes da declaração da greve, houve uma reunião de várias horas com os empresários (*Relatório*, 2004, p. 602).

O governo não tardou em decretar a ilegalidade da greve, que foi tratada como insurreição pelos militares. O Tribunal Regional do Trabalho (TRT) decretou para minar a greve um ajuste de 7% para o salário dos trabalhadores e se afirmou inapto para julgar a legalidade ou não da greve, o que não foi aceito pelos grevistas, pois por outro lado o mesmo órgão da justiça do trabalho reduziu o piso salarial sobre as horas extras.

A decisão de continuar a greve foi dos metalúrgicos e a Igreja somente manifestou solidariedade. Dom Cláudio sempre fez questão de afirmar que a instituição religiosa nunca incitou greves, sempre deixando isso por decisão dos trabalhadores. O direito de greve deveria ser legítimo e a Lei de Greve era de fato um mecanismo contra a defesa dos operários.

[a greve], que durou aqueles longos 42 dias, com repressão policial e militar nunca vista, apesar de toda parafernália dessa repressão, provocação e atos ilegais da parte das forças repressoras, em nenhum momento as lideranças incitaram os 200 mil trabalhadores metalúrgicos a usar da violência para ganhar a greve. Ao contrário, a pregação constante deles, como também minha na qualidade de bispo diocesano, era que não se aceitasse provocação, não se agredisse a propriedade de quem quer que seja, não se fizesse nenhuma desordem. E isso foi obedecido até o fim, com exceção de pequenos incidentes particulares, às vezes inclusive provocados por quem não era metalúrgico. Essa é a verdade. Essa é também a glória dos metalúrgicos, que mostraram dignidade, altura, coragem e responsabilidade patriótica. Só quem viveu esses 42 dias, sabe o que eles significaram (*Relatório*, 2004, p. 603).

No dia 31 de março, antes da paralisação, o bispo do ABC esteve presente na assembleia dos metalúrgicos de São Bernardo e apoiou a decisão dos trabalhadores pela greve. Comunicou que o conselho presbiteral da diocese decidiu que a “Igreja estará ao lado dos trabalhadores até o fim”. Falando de D. Oscar Romero, arcebispo de El Salvador assassinado no dia 24 de março enquanto presidia a Eucaristia, Dom Cláudio convidou os operários à reflexão: “Vamos pensar nele, por sua coragem. Ele foi uma pessoa que se colocou ao lado dos trabalhadores e do povo”. Por fim perguntou se os trabalhadores queriam rezar o Pai - Nosso e a resposta foi imediatamente confirmada. O bispo garantiu que as igrejas e os salões paroquiais estariam abertos aos trabalhadores, no caso de intervenção dos sindicatos. Em todas as paróquias da diocese foi distribuída uma mensagem de apoio aos metalúrgicos assinada pelo bispo diocesano (A GREVE DO ABC, 1980, p. 14-15).

O bispo de Santo André sempre afirmou que sua presença nas assembleias era devida à sua obrigação evangélica de pastor, não significava que ele se tornara um sindicalista porque não assumiu nenhuma liderança. Estava ali como pastor, pois o pastor deve estar presente onde está seu povo, sobretudo nos momentos de conflitos e tensões. Em 7 de abril, o bispo presente em assembleia no Estádio da Vila Euclides fala da relação entre a Igreja, a greve e a missão evangélica:

Cristo não veio ajeitar as coisas. Não veio harmonizar. Não veio fazer média entre a justiça e a injustiça... A Igreja nunca decidirá se vocês devem fazer ou parar a greve. Vocês é que devem decidir. A Igreja se põe a serviço de

vocês, mas esta decisão é de grande responsabilidade (A GREVE DO ABC, 1980, p. 21-22).

Sob esta argumentação a diocese ofereceu o serviço de reflexão e evangelização para que os trabalhadores compreendessem que a luta deles por justiça por maior justiça estava ligada à luta de Jesus Cristo e Seu mistério pascal, justificando as celebrações litúrgicas durante a greve (SEDOC, 1981, col. 831). Três salas de catequese da igreja Nossa Senhora da Boa Viagem em São Bernardo foram cedidas aos sindicalistas para a arrecadação do Fundo de Greve (A GREVE DO ABC, 1980, p. 24). Em 15 de abril o sindicato de São Bernardo lança um boletim para instruir os operários em suas ações.

1 - A greve continua. Se voltarmos a trabalhar perdemos tudo. Paralisados venceremos; 2 – Só saia de casa para nossas assembleias. Só confie na palavra dos membros da diretoria e da Comissão de Salários. Se membros da diretoria forem presos, mais firmeza ainda. Outros companheiros assumirão a direção da luta. Não aceite notícias em rádio, jornais e televisão, falando que a greve acabou; 3 – Se o sindicato for cercado pela polícia, procure a Matriz de São Bernardo onde funciona nosso fundo de greve; 4 – Se o Estádio da Vila Euclides for ocupado por tropas militares, nossas assembleias serão realizadas no Paço Municipal de São Bernardo. Se ocuparem o Paço, procure as igrejas [católicas] centrais do ABC. Faremos assembleias por bairros; 5 – Não aceite provocações. Agitadores da repressão vão se infiltrar em nosso meio para tentar quebrar o caráter pacífico da nossa luta. Eles querem que a gente jogue uma pedra para poderem jogar uma bomba na gente; 6 – Visite seus colegas metalúrgicos, mantenha-os firmes; 7 – Não tenha medo. Podem prender 10, mas somos 100 mil; não há prisão para tanto trabalhador e nem repressão capaz de vencer nossa decisão de lutar até a vitória (A GREVE DO ABC, 1980, p. 30).

Em seu *Relatório* D. Cláudio informa em que consistiu o apoio da Igreja à greve:

1) pronunciamentos declarando o apoio e suas razões; 2) oferecendo espaços para reuniões dos trabalhadores depois da intervenção federal dos sindicatos e a interdição dos locais públicos para assembleias dos metalúrgicos. Oferecia-se num primeiro momento as dependências das paróquias, exceto

templos. Só quando essas dependências não serviam, como último recurso ofereciam-se também os templos. Esse último recurso foi usado sobretudo em São Bernardo do Campo, onde também por sua vez os trabalhadores respeitaram com muita dignidade o interior do templo, sem qualquer abuso. Quem não respeitou foi a repressão, que invadiu a nave da igreja e acabou prendendo um sindicalista dentro da sacristia. Eu mesmo estive presente praticamente em todas as assembleias dentro da igreja, e posso testemunhar que os trabalhadores agiram dentro da igreja com suficiente respeito e dignidade; além do mais era um povo oprimido que clamava também diante de Deus por maior justiça e respeito (*Relatório*, 2004, p. 603).

O apoio da Igreja, ainda consistiu na presença constante do bispo que comunicou ao Secretário de Segurança de São Paulo que, ele, bispo, se fazia presente em todas as assembleias. O secretário respondeu que na sua opinião isso de fato deveria acontecer para evitar uma violência maior.

É claro que não estava presente porque o Secretário de Segurança julgava importante minha presença, mas porque via nisso minha obrigação evangélica de pastor. E isso não significava que me tornava um sindicalista, por que não assumi nenhuma liderança (*Relatório*, 2004, p. 603).

Suas afirmações no *Relatório* sobre o apoio ainda confirmam que a Igreja oferecia um serviço de reflexão e evangelização e abria as paróquias como postos de arrecadação de fundos e mantimentos para as famílias dos grevistas que passavam necessidades em consequência da greve (*Relatório*, 2004, p. 603). D. Cláudio afirmava que a igreja nunca incentivou a greve, o verdadeiro e único incentivador foi o baixo salário mínimo do governo, portanto a pobreza produzida pelo sistema.

Na metade do documento o bispo afirma que a greve foi recebendo um grande apoio de outros fora do ABC.

No que tange à greve, a repressão conseguiu que não houvesse em todo o país nenhuma greve de solidariedade, mas não conseguiu evitar que o todo país se movesse e se organizasse em solidariedade através de coleta de fundos e de pronunciamentos favoráveis à greve. No que tange à Igreja, tentou isola-la no

início declarando que não se tratava da Igreja no Brasil mas de uma ação isolada e ilegítima do bispo de Santo André. Tanto maior foi a irritação das áreas governamentais quando surgiu o apoio total e forte do Cardeal Arns, bem como da CNBB. Então o governo declarou que a CNBB não é a Igreja e que o cardeal incitava a greve (*Relatório*, 2004, p. 604).

Depois de decretada a intervenção da entidade sindical pelo Tribunal Regional do Trabalho em 18 de abril, a ajuda da Igreja é indispensável. Dom Cláudio afirma, em nota oficial, que lamenta profundamente a ingerência, protestando contra mais este ato de violação dos direitos dos trabalhadores de fazerem greve e de serem dirigidos pelas suas autênticas lideranças sindicais (*A GREVE DO ABC*, 1980, p. 32-34).

A prisão de líderes sindicais em 19 de abril, dentre eles Lula, e de membros da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo causou protestos de parlamentares opositoristas ao governo.

Às 6h30m. da manhã de ontem [19 de abril], oito homens, dos quais pelo menos dois usavam metralhadoras, prenderam o dirigente sindical Lula em sua residência no bairro de Ferrazópolis, São Bernardo, exibindo ordem de prisão com base na Lei de Segurança Nacional. Pouco depois desse horário, mais catorze pessoas foram detidas em circunstâncias similares: Devanir Ribeiro e Djalma de Souza Bom, também diretores do Sindicato de São Bernardo; José Cicote, Ernesto Sencini, Isaias Urbano da Cunha, Orlando Francelino Mota, diretores do Sindicato de Santo André, José Ferreira da Silva, irmão de Lula e militante sindical; Arnaldo Gonçalves, presidente do Sindicato de Metal de Santos; Afonso Delelis, presidente, até 64, do Sindicato de Metal de São Paulo. Além deles, foram detidos José Carlos Dias, presidente da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo; Dalmo Dallari, jurista e ex-presidente da mesma comissão; o engenheiro Ricardo Zaratini, militante político; o jornalista Antônio Roberto Espinosa; e José Timóteo da Silva, acusado de ser militante da Convergência Socialista (*A GREVE DO ABC*, 1980, p. 36).

No dia 20 de abril o DOPS emitiu nota proibindo qualquer manifestação ou assembleia nos estádios de Vila Euclides (São Bernardo) e Jaçatuba (Santo André), assim como no Paço Municipal de São Bernardo do Campo. Dom Cláudio informou no mesmo dia que a diocese assumiu o fundo de greve, recolhendo os donativos nas 75 paróquias do ABC e realizando a

distribuição nos templos e no posto localizado à Rua Centenário. Denunciou também que as pessoas que coordenavam esta atividade estavam sendo vítimas de represálias por parte de elementos que se apresentavam como policiais. As prisões continuavam e líderes sindicais eram indiciados como agitadores da paralisação e ameaçados de enquadramento na Lei de Segurança Nacional. O fundo de greve de São Bernardo denunciou que um caminhão de seis toneladas de gêneros alimentícios foi sequestrado por policiais, causando a interdição do posto da Igreja Matriz da cidade por perigo da violência armada (A GREVE DO ABC, 1980, p. 37-38).

A manutenção da greve em São Bernardo foi determinada por uma assembleia de 40 mil metalúrgicos que se encontravam no interior da Matriz da Boa Viagem e na praça contígua. Muitos fiéis se escandalizaram com a abertura da Igreja matriz de São Bernardo para as assembleias sindicais. O padre Arlindo de Carli, pároco da Igreja, afirmava: “De que vale prestar culto a Deus e dar as costas a quem luta pelo pão da vida?” (BETTO, 2006, p. 65). As negociações com os empresários continuavam paralisadas. Dom Cláudio discursou após os representantes dos trabalhadores:

Se a Igreja se coloca do lado dos trabalhadores, é porque existem dois lados: o da justiça e da injustiça, o da liberdade e da opressão, o da honestidade e da corrupção e o da verdade e da mentira. E a Igreja, como Jesus Cristo, está do lado da justiça, da liberdade e da honestidade. A Igreja continua achando justa e pacífica a luta dos metalúrgicos e, por isso, vai com eles até o fim. A decisão é dos metalúrgicos. Contem conosco até o fim, pois não temos medo de ameaças (A GREVE DO ABC, 1980, p. 42).

Em Santo André no dia 24 de abril, com o apoio da Paróquia Senhor do Bonfim, que abriu seu pátio para 2.500 metalúrgicos, a decisão é que a greve deveria continuar. Na mesma data a polícia restringe em São Bernardo a ocupação das ruas laterais e da Praça da Matriz para a assembleia, sendo que o templo só comporta duas mil pessoas. O bispo declara que isso é loucura e que provocaria mais confrontos. Pediu às emissoras de rádio e TV que divulgassem apelo para que os operários não fossem à Matriz e se dirigissem às igrejas dos bairros, evitando concentração e repressão. No dia seguinte a polícia desocupou a praça duas horas e vinte minutos antes da assembleia, que ocorreu num clima de tensão pelo sobrevoo de 17 helicópteros militares (A GREVE DO ABC, 1980, p. 43). O uso da violência, analisa Arendt, assinala a impotência dos governantes que não podem convencer a população através dos meios normais

da causa deles, e o surgimento da violência indica que o poder está em risco (ARENDR, 1972, p. 153).

O cardeal Arns, arcebispo de São Paulo, continuava envolvido com o movimento grevista do ABC. Por meio do semanário católico da arquidiocese confirma seu posicionamento contrário à política trabalhista do Governo militar:

Em entrevista coletiva, D. Paulo Evaristo Arns, o bispo de santo André, D. Cláudio Hummes e o bispo do Regional Sul I da CNBB, D. Mauro Morelli, situaram o problema da greve dos metalúrgicos do ABC. “Penso que o momento não é de ameaça, mas de busca de solução, disse D. Paulo a uma pergunta sobre as ameaças feitas pelo ministro Said Farhart, da Secretaria das Comunicações do Planalto, dizendo que os padres também são passíveis de enquadramento nas leis. Para D. Paulo os três passos seguintes seriam estes: 1) libertação dos presos (entre eles o líder sindical Lula); 2) deixar os trabalhadores se reunir; 3) negociação entre os trabalhadores e os patrões. Enquanto isso, a Igreja faz todo tipo de contato para tentar contornar a crise (ACMSP, O SÃO PAULO, 1980, p. 01).

Muitos bispos se manifestaram contrários ao apoio das Igrejas de São Paulo e Santo André à greve, segundo declarações do chefe de Estado. O presidente Figueiredo dizia que a Igreja estava dividida e que muitos membros do episcopado se posicionavam ao lado do governo. Essa é uma das tantas estratégias de regimes totalitários: desqualificar o outro, dividir para “reinar”. Na década de 1970 houve tentativas de amenizar a crise entre Igreja e Estado por meio da Comissão Bipartite (SERBIN, 2001). Dom Cláudio e o Cardeal Paulo Evaristo Arns, Arcebispo de São Paulo, reagiram ao pensamento dos militares e divulgaram uma nota intitulada “A Igreja, a greve e a lei”, explicando como a Igreja apoiava os grevistas e afirmando que não estava indo contra a disciplina canônica: “A Igreja não seria cristã se não desse apoio para trabalhadores poderem preservar sua dignidade, defender seus direitos, inclusive os trabalhistas, sem sofrer humilhações” (A GREVE DO ABC, 1980, p. 48). Este segmento do episcopado brasileiro constatava que reconstruir a cristandade era um projeto historicamente inviável e muito distante do pensamento da Conferência dos Bispos. Os militares tentariam outras vezes isolar esse setor da Igreja acusando-o de anticatólico e comunista.

O marco de todas as manifestações desta greve está na comemoração do dia 1º de maio. Com o sindicato sob intervenção e seus principais dirigentes encarcerados, o governo não

dispunha nenhuma trégua para uma resolução justa, proibindo a realização do evento na cidade. A solidariedade a esta crise está no apoio da Igreja que celebrou a Eucaristia na Matriz. Durante a missa D. Cláudio, presidente da celebração, auxiliado por D. Mauro Gomes Morelli, bispo auxiliar de São Paulo, e por mais 42 padres fez sua homilia na defesa do trabalho digno. Despertou a consciência dos presentes para que não se preocupassem com seu possível enquadramento na Lei de Segurança Nacional como agitador da greve. Pedia que contra esse desvio de pensamento que o regime militar desejava ocasionar na ação dos operários, todos pensassem na condição dos sindicalistas e demais presos (DOM CLÁUDIO, 1980).

Durante a missa muitos trabalhadores, vindos de diversos locais, foram se concentrando na praça da Igreja, totalizando cerca de 150 mil pessoas. A cidade estava sitiada pela polícia com aparato pesado para atacar os possíveis manifestantes, mas, diante da grande massa, o cerco recuou e foi embora de São Bernardo do Campo. Do templo católico os trabalhadores, o bispo, os padres, Frei Betto (assessor da Pastoral Operária) e as mulheres dos sindicalistas presos se dirigiram para o Estádio de Vila Euclides, onde realizaram um ato político contra o militarismo (OLIVA, 1980, p. 197). Dom Cláudio disse que, naquele momento, se concretizava “a justeza das reivindicações dos operários metalúrgicos” (A GREVE DO ABC, 1980, p. 57).

Uma revanche dos militares acontecerá em São Bernardo do Campo com esguichos de água contra os trabalhadores nas assembleias na Praça da Matriz. Com esta situação uma delegação formada por D. Cláudio, Jacó Bittar, João Vasconcelos e pelo presidente e vice-presidente da OAB do Brasil, Seabra Fagundes e José Paulo Pertence, tentou fazer contato com o presidente Figueiredo em 10 de maio para solucionar a greve que estava no seu 40º dia. Aceita a proposta pelos metalúrgicos a comissão foi para Brasília e na sede da CNBB revê suas posições para o diálogo. O resultado do encontro foi anunciado na assembleia da Matriz de São Bernardo no dia 11, que decidiu o fim da paralisação de 41 dias (A GREVE DO ABC, 1980, p. 71-72).

No *Relatório* dirigido aos bispos em 12 de setembro de 1980, D. Cláudio Hummes reafirmava a necessidade da Igreja em estar ao lado dos trabalhadores como postura de evangelização e coerência ao seu profetismo. O bispo advertia na introdução do relatório que quando ele usava o termo Igreja o restringia à diocese de Santo André. Aplicava o princípio de justiça e solidariedade quanto à má aplicação da LSN (Lei de Segurança Nacional), que vitima pessoas inocentes e totalmente oprimidas pela desordem social e pelo descaso nas relações entre capital e trabalho. Rebatia afirmações que sustentavam que o dinheiro de ajudas internacionais teria mantido o movimento, agradecia as diversas manifestações de solidariedade e apoio a

greve dos metalúrgicos e a Igreja do ABC no seu sofrimento em favor dos trabalhadores e encerrava o texto (SEDOC, 1981, col. 827; 834-835).

Minha pergunta é: como é possível indiciar na LSN homens (os diretores sindicais) que nunca fizeram ou comandaram violência, seja contra pessoas seja contra propriedade alheia, e cujo único crime é terem liderado uma greve (com respaldo na Constituição Brasileira) e terem lutado pelos direitos de quem sofre a pobreza, fome, a favela, a humilhação no trabalho? Pessoas que lutaram pacificamente pelos direitos dos outros, não podem ser criminosos! (*Relatório*, 2004, p. 604).

A Igreja e as instituições: posicionamentos sobre as greves

Das greves do período de 1978-1980, a última foi a mais comentada em toda a história recente do país. A presença das Igrejas Particulares de São Paulo e Santo André no movimento foi compreendida sob muitos aspectos, que revelam o ambiente de tensão no Brasil e na sua relação com a instituição católica além das opiniões heterogêneas no interior da própria instituição religiosa.

Quando D. Jorge Marcos de Oliveira esteve à frente da diocese de Santo André assumiu um sério posicionamento a favor dos perseguidos. Dom Cláudio Hummes, seu sucessor, foi um dos que abriu, com esta atuação, novos caminhos para a tão sonhada redemocratização brasileira. A presença de grande parte da diocese nas questões sociais tornou-se objeto de reflexão da imprensa mundial, merecendo a atenção de diversas autoridades, como a declaração do Núncio Apostólico no Brasil, D. Carmine Rocco (*A GREVE DO ABC*, 1980, p. 64-68), e considerações diretas de João Paulo II. O papa dizia a D. Cláudio: “Continuem a lutar pela justiça social” (*FOLHA DA DIOCESE*, 1979, 1980, capa).

Em 20 de abril de 1980, D. Jorge Marcos, bispo emérito do Grande ABC, envia uma carta ao presidente Figueiredo pedindo uma resolução para o problema operário na região, privilegiando a dignidade da pessoa humana.

O movimento de 1980 recebeu diversos apoios de bispos como o cardeal Paulo Evaristo Arns, arcebispo de São Paulo (*A GREVE DO ABC*, 1980, p. 46; 48-49), D. Hélder Pessoa Câmara, arcebispo de Olinda e Recife (*IBIDEM*, p. 48), D. Fernando Gomes dos Santos, arcebispo de Goiânia (*IBIDEM*, p. 49), D. Luciano Pedro Mendes de Almeida (*IBIDEM*, p.

38), dos demais bispos auxiliares de São Paulo (IBIDEM, p. 39; 45) e da própria CNBB (IBIDEM, p. 47), cuja atuação foi definida por D. Cláudio como fundamental para o movimento operário (SEDOC, 1980, col. 834). As Igrejas cristãs (A GREVE DO ABC, 1980, p. 49) se manifestaram aprovando a atitude profética do bispo.

Atitudes mais cautelosas como a do cardeal Eugênio de Araújo Sales, arcebispo de São Sebastião do Rio de Janeiro (A GREVE..., 1980, p. 50), também foram sinais serenos de manifestação para com o fato. Críticas veladas de alguns dignitários como o cardeal Vicente Scherer, arcebispo de Porto Alegre (A GREVE..., 1980, p. 51), demonstram a pluralidade de posições que uma instituição pode possuir através de seus membros, demonstrando não ser estática e homogênea.

Das instituições civis, a greve de 1980 recebeu muita solidariedade. Empresas pararam seus turnos de trabalho. Houve a iniciativa de um show beneficente em São Bernardo, que foi barrado pela repressão, no Estádio da Vila Euclides (A GREVE..., 1980, p. 28; 46), manifestos do Sindicato Internacional dos Metalúrgicos, da Associação de Professores do Estado de São Paulo (APEOESP), Federação Geral da Metalurgia Francesa, dos trabalhadores rurais, da União Metalúrgica dos Estados Unidos e Canadá, da Central Latino-Americana dos Trabalhadores e da Conferência Sindical Mundial (A GREVE..., 1980, p. 15; 18; 41-43; 45).

Os relatórios de D. Cláudio sobre as greves de 1979-80 são justificados nestes apoios e refletem profunda sintonia com a atividade pastoral da Igreja latino-americana e brasileira em sua maioria, assim também como os posicionamentos da pastoral de conjunto da diocese do ABC. A ação do bispo junto aos trabalhadores começa à medida que um novo sindicalismo nasce e é perseguido injustamente pelos militares. O novo bispo teve de se posicionar pelo fato de no fim dos anos 70 a metade da população da diocese subsistir da vida operária. Os planos diocesanos de pastoral (1979-1981; 1983-1986) enfatizam a importância da ação social junto à evangelização, promovendo as CEB's e a pastoral do mundo do trabalho.

Considerações finais

O apoio da Igreja católica na vida sindical nunca teve como fim um partido político, embora muitos agentes de pastoral católicos abraçassem a ideia da formação de um partido político. A prática da solidariedade aos que sofrem é o que motiva o bispo e alguns membros do presbitério de Santo André a assumirem a defesa da redemocratização do Brasil.

A preocupação da diocese de Santo André e de seu bispo é uma questão de testemunho cristão. O pano de fundo é totalmente teológico. Um ambiente de desigualdade e opressão revela que a proposta de Jesus Cristo não foi assumida verdadeiramente pela humanidade. No caso desta Igreja local, dentro dos parâmetros da teologia e da justiça social, está certa e é respondida com entusiasmo, determinação e profetismo pela maioria do laicato e por uma parte significativa do clero. Entre acertos e momentos de inconstância se constata que a ação pastoral desta diocese paulista seguia uma espiritualidade libertadora e cristológica que iluminaram os passos da Igreja católica na América Latina na sua oficialidade, que no desenvolvimento de sua missão não pode ser compreendida sem um horizonte de fé. Portanto, são visualizados aspectos importantes da influência da teologia eclesiológica do Concílio Vaticano II e de seu desdobramento através das Conferências do Episcopado latino-americano, especialmente de Medellín.

Praticamente até o Concílio Vaticano II, a hierarquia fazia questão que as atividades concernentes à Igreja em relação aos problemas dos trabalhadores, especificamente a questão operária, fossem tratadas, programadas e conduzidas à parte dos movimentos acaso existentes (sindicalismo). Com isso, pensava a instituição católica, seria facilitado o controle, a orientação e a autenticidade confessional do trabalhismo cristão. Daí, para este tipo de pensamento, a importância e a necessidade da coordenação ou supervisão clerical, em se tratando de organizações católicas. Vagarosamente setores da Igreja configuraram e amadureceram uma espécie de maioria para os trabalhadores cristãos, escapando assim de movimentos operários inteiramente tutelados pelas elites do pensamento católico. Evidenciou-se na pesquisa apresentada neste artigo que a instituição religiosa age tendo como pressuposto uma teologia. Tendo essa base teológica delimitada a Igreja encarna o papel de intermediária entre os operários e os patrões (governo). O episcopado fala em nome dos desfavorecidos, em vez de deixá-los falar. A Igreja age como mediação entendendo que ela é a única capaz de realizar este papel em lugar dos operários. O intuito do texto é continuar discutindo a partir de memórias e, ao mesmo tempo, se for o caso, corrigi-las. Não pretendendo construir uma narrativa objetiva e definitiva sobre o passado e sim uma análise crítica sem paixões e que enfrente os estereótipos e mitos por aqueles envolvidos nestes processos históricos.

Referências

- ACDSA - Arquivo da Cúria Diocesana de Santo André.
Boletim Diocesano, novembro de 1978,
Boletim diocesano, abril – maio de 1979, p. 10.

- FOLHA DA DIOCESE, out. – nov. 1979, capa.
 FOLHA DA DIOCESE, jun. 1980, capa PAPA quer a luta pela Justiça;
 FOLHA DA DIOCESE, dez. 1980, capa PAPA apoia ação da Igreja no ABC.
 CARTA de dom Jorge Marcos de Oliveira ao presidente da República. 20 de abril de 1980.
- ACMSP - Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo.
 O SÃO PAULO. 25 abril 1980.
- ADGABC - Arquivo do *Diário do Grande ABC*.
 DOM CLÁUDIO denuncia a injustiça social. *DIÁRIO DO GRANDE ABC*, 11 de outubro de 1977 (cópia).
Diário do Grande ABC, 16 de março de 1979, sem paginação; 1º de abril de 1979, sem paginação.
Diário do Grande ABC, 22 de maio de 1979, sem paginação.
- Diário do Grande ABC*, 7 de dezembro de 1979, sem paginação
- A GREVE do ABC. *O dia – a – dia da greve*, s.i.t., mai. 1980.
- ARENDT, H. *Crises of the Republic*. New York: Harcourt/Brace Jovanovich, 1972.
- BETTO, F. *A mosca azul*. Reflexão sobre o poder. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.
- CÁRCEL, V. *Historia de la Iglesia*. III. La Iglesia en la época contemporânea. Madrid: Ediciones Palabra, 2009.
- CARVALHO, J. M. *Cidadania no Brasil, o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- COMPÊNDIO DO VATICANO II. *Constituições, decretos e declarações*. Petrópolis: Vozes, 1968.
- DOM CLÁUDIO na missa: “Não temam por mim”. *Jornal da Tarde*, 2 de maio de 1980.
- GOMES, P. C. *Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira*. A visão da espionagem. São Paulo – Rio de Janeiro: Record, 2014.
- GASPARI, E. *A ditadura encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- MAINWARING, S. *Igreja católica e política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- MEDELLIN. *Conclusões de Medellín*. São Paulo: Paulinas, 1984.
- NAPOLITANO, M. *O regime militar brasileiro: 1964-1985*. São Paulo: Atual Editora, 1998.
- OLIVA, A. M. (coord.). *Imagens da Luta (1905-1985)*. São Bernardo do Campo: CEDI, 1987.
- PUEBLA. *Conclusões da Conferência de Puebla*. Texto oficial. São Paulo: Paulinas, 1982.
- REIS, D. A. *Ditadura e democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- Relatório aos bispos Presença da Igreja na greve dos metalúrgicos do ABC em 1980 (Relatório apud SOUZA, 2004)*.
- SANTANA, M. A. Trabalhadores, sindicatos e regime militar no Brasil. In: PINHEIRO, M. (org.). *Ditadura: o que resta da transição*. São Paulo: Boitempo editorial, 2014.
- SEDOC (Serviço de Documentação). Petrópolis: Vozes, v. 13, n. 139, mar. 1981, col. 827; 828; 829; 830; 831.
- SEDOC v. 11, n. 113, jul. – ago. de 1978, col. 100 – 101; 102; 103-105.
- SEDOC v. 11, n. 122, junho de 1979, col. 1331 – 1345.
- SERBIN, K. *Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- SOUZA, N. (org.). *Catolicismo em São Paulo: 450 anos de presença da Igreja Católica em São Paulo*. São Paulo: Paulinas, 2004.

SOUZA, N.; GONÇALVES, P. S. L. *Catolicismo e sociedade contemporânea. Do Concílio Vaticano I ao contexto histórico teológico do Concílio Vaticano II*. São Paulo: Paulus, 2013.

Artigo recebido em 22/12/2014. Aprovado em 14/04/2015.